



ESTUDANTES INDÍGENAS NO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, CAMPUS AQUIDAUANA: UM ESTUDO DE CASO¹

INDIGENOUS STUDENTS AT THE FEDERAL INSTITUTE OF MATO GROSSO DO SUL, AQUIDUANA CAMPUS: A CASE STUDY

Janete Andrade de Lima²

 <https://orcid.org/0009-0005-1170-2168>

 <http://lattes.cnpq.br/2823173378853480>

Vera Lucia Ferreira Vargas³

 <https://orcid.org/0000-0001-8422-6602>

 <http://lattes.cnpq.br/3469567030641868>

Recebido em: 31 de maio de 2024.

Revisão Final: 06 de março de 2025.

Aprovado em: 07 de março de 2025.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.21270>

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Mestra em Estudos Culturais pelo PPGCult/CPAQ/UFMS. Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). E-mail: janete.lima@ifms.edu.br

³ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (1997), mestrado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (2003) e doutorado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2011). Atualmente, é professora de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Campus de Aquidauana e professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult/UFMS/CPAQ). E-mail: veraterena@gmail.com

RESUMO: Este artigo aborda o ingresso de estudantes indígenas nos cursos de Ensino Médio Integrado de Edificações e Informática do campus de Aquidauana do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, com destaque às questões de permanência e evasão escolar deste público. Secundariamente, considerando o mapeamento da origem destes estudantes, tanto das terras indígenas, quanto dos bairros das cidades de Aquidauana, Anastácio e Miranda, observam-se as dificuldades socioeconômicas e de deslocamentos como percalços importantes enfrentados pelos estudantes indígenas. Por fim, a noção de interculturalidade crítica é abordada com vistas a apontar possibilidades de observação, diálogo e permanência para o aprimoramento das políticas afirmativas no atendimento a este público nos cursos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana. A metodologia escolhida é aquela do estudo de caso, uma investigação em que fenômeno e contexto quase se mimetizam em situações da "vida real" (YIN, 2005).

Palavras-chave: estudantes indígenas, IFMS/Aquidauana, interculturalidade.

ABSTRACT: O This article addresses the entry of indigenous students into the Integrated High School Building and IT courses at the Aquidauana campus of the Federal Institute of Mato Grosso do Sul, with emphasis on the issues of permanence and school dropout for this group. Secondarily, considering the mapping of the origin of these students, both from indigenous lands and from neighborhoods in the cities of Aquidauana, Anastácio and Miranda, socioeconomic and travel difficulties are observed as important setbacks faced by indigenous students. Finally, the notion of critical interculturality is approached with a view to suggesting observations, dialogue and permanence to improve affirmative policies in serving this public in courses at the Federal Institute of Mato Grosso do Sul, Aquidauana campus. The methodology chosen is that of the case study, an investigation in which characteristics and context almost mimic "real life" situations (YIN, 2005).

Key words: indigenous students, IFMS Aquidauana, interculturality.

Introdução

Os povos indígenas não estão no fim da história, senão no início de um futuro diferente.
Bartolomeu Meliá

Indígenas brasileiros têm ocupado distintos espaços, incluindo aqueles que, historicamente, o foram apenas por pessoas não indígenas. Os espaços de produção acadêmica integram esses territórios dos quais indígenas e negros foram alijados e, apenas recentemente, ocupados de forma sistemática. Neste artigo buscaremos compreender justamente a presença de estudantes indígenas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul no município de Aquidauana, localidade que comporta uma população de cerca de nove mil indígenas, em sua maioria do povo Terena.

O processo de educação indígena no Brasil não é recente e, desde a colonização, esteve vinculado à catequese e à disponibilização de mão-de-

obra para as inúmeras atividades laborais na colônia e subsequentemente a ela. A princípio, a educação dos povos indígenas esteve atrelada à Igreja, uma das formas que os colonizadores europeus estabeleceram para tentar garantir a obediência e conduzi-los ao processo de civilização por eles determinado, o qual consistia na manutenção da exploração da mão-de-obra indígena nas colônias espanholas na América.

O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer (QUIJANO, 2005, p. 120).

Sob essas condições, os europeus conduziram o processo de colonização e imposição de um modelo civilizatório nas Américas. Quijano ainda afirma que, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou, sob sua hegemonia, o domínio de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura e, em especial, do conhecimento e da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005, p. 121).

Os que se intitularam colonizadores não consideraram que os povos indígenas, anteriormente e ao longo de suas histórias de contatos com os não indígenas, também produziram alternativas próprias, que foram ignoradas pelos europeus, desqualificando suas ações quando negociaram, se apropriaram, ressignificaram, enfrentaram, aliaram-se aos diferentes grupos, de acordo com o que lhes era possível e favorável. Esse processo perdurou por séculos e suas consequências ainda hoje estão presentes em nossa sociedade, configuradas nas mais diferentes formas de preconceitos aos povos indígenas e os povos escravizados oriundos do continente africano.

Porém, assim como os preconceitos e demais estereótipos sobre eles chegaram ao século XXI, as suas lutas e reivindicações por direitos também permaneceram. Não é mais possível ignorá-los completamente, uma vez que estão inseridos em diferentes setores da sociedade, permaneceram e permanecem se identificando como indígenas e sendo reconhecidos como tais. Mato Grosso do Sul tem uma população indígena de cerca de cento e dezesseis mil pessoas, a terceira maior dos estados que compõe o Brasil. Podemos afirmar, assim, que se trata de um território de forte presença indígena no qual, entretanto, essa

parcela da população ainda enfrenta as mazelas de uma estrutura racista na qual permanecem realizando diferentes enfretamentos para a garantia de seus direitos junto ao Estado brasileiro.

No campo educacional, a educação de indígenas esteve atrelada ao próprio processo de colonização, o que lhe legou o seu caráter catequizador e cristianizador. Por outro lado, desde os anos 1970 a educação escolar indígena passou a ser discutida em outros termos e, a partir da Constituição Federal de 1988, apelidada de “Constituição Cidadã”, e das ações dos movimentos indígenas contemporâneos, ela se tornou uma política de Estado. Uma questão distinta, entretanto, é a reflexão sobre a presença de alunos e alunas indígenas nas escolas urbanas, um contexto no qual são, em geral, minoritários e passam a enfrentar outras dificuldades.

Observa-se o crescente número de indígenas que buscam o acesso às escolas fora de suas aldeias, como a busca pela inserção aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, instituições recentes, criadas a partir da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, instituições estas integradas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criadas sobre uma perspectiva de formação integral e com uma proposta de verticalização a partir da educação básica aos cursos de pós-graduação. A Rede Federal trabalha com formação inicial e continuada de educação profissional, ensino técnico integrado ao ensino médio, cursos concomitantes, subsequentes e integrados à educação de jovens e adultos, cursos superiores de licenciatura para formação de professores, tecnólogos e pós-graduação, bem como pesquisa e extensão.

A busca dos indígenas para ingressarem nos Institutos Federais no Brasil pode ser percebida pelos trabalhos que abordam essa temática. Alguns deles, como de Lemos (2015), analisam o sistema de reserva de vagas estabelecido pela Lei n. 12.711/2012 para os povos indígenas nas universidades e nos institutos técnicos federais, no conjunto das políticas afirmativas voltadas para eles diante das reivindicações no movimento indígena brasileiro. As pesquisas de Mülling, (2018) e Mülling, Santos (2019) evidenciam a busca dos Kaingang, no Rio Grande do Sul, para integrarem o Instituto Federal do Grande do Sul/IFRS e no Instituto Federal Farroupilha/IFFAR.

O presente texto tem centralidade na análise corresponde às formas de acesso e permanência dos estudantes indígenas que têm buscado pela Educação Profissional na Rede Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana.

Realizamos, inicialmente, o levantamento das matrículas dos estudantes indígenas no campus de Aquidauana, por meio do Questionário Socioeconômico do IFMS, que compõem o banco de dados da instituição. Esse mapeamento apresentou a proximidade dos estudantes indígenas das Terras Indígenas dos municípios vizinhos em relação ao IFMS, Aquidauana, fator a ser considerado para compreendermos as condições de deslocamento e permanência nos cursos do IF.

Portanto, para este estudo utilizamos a metodologia do estudo de caso, definida por Yin (2005) como uma estratégia de pesquisa que se concentra na compreensão profunda de um fenômeno em seu contexto real. Essa abordagem é especialmente valiosa quando o fenômeno não pode ser isolado de seu contexto, o que implica que o estudo deve ser realizado no ambiente natural em que ele ocorre. Os estudos de caso podem ser divididos em três tipos principais: exploratório, descritivo e explicativo. O estudo de caso exploratório é utilizado para identificar questões iniciais e hipóteses, sendo comum no início de uma investigação. Já o estudo descritivo visa descrever um fenômeno ou um contexto de maneira detalhada, permitindo uma visão profunda e abrangente da situação investigada. Por fim, o estudo explicativo busca investigar relações causais entre os fenômenos, estabelecendo explicações sobre o que está acontecendo e por que isso ocorre. No caso em tela, recorreremos à perspectiva do estudo de caso descritivo para compreender as vicissitudes e desafios enfrentadas pelos estudantes indígenas no IFMS, campus de Aquidauana.

A experiência do Campus Aquidauana do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

Aquidauana é um município com aproximadamente 46.803 mil habitantes (IBGE, 2022) e possui, em seu território, as terras indígenas Limão Verde e a Taunay Ipegue, com a presença majoritariamente Terena. Existem processos de retomada de terras na região e isso tem causado conflitos com produtores rurais. As atividades relacionadas à agropecuária são a base da economia do município. O campus IFMS/Aquidauana é urbano, porém afastado do centro da cidade, o que acaba dificultando o deslocamento dos estudantes; muitos acabam ficando o período integral para poderem aproveitar os atendimentos ofertados pelos docentes como monitorias e projetos, uma vez que os benefícios

proporcionados pela assistência estudantil são importantes para ajudá-los em relação à alimentação e/ou transporte. Para os estudantes indígenas que residem em terras indígenas, o acesso ao Instituto Federal é ainda mais complexo por não haver transporte para o deslocamento das aldeias até a cidade, assim, muitas vezes sentem-se forçados a se mudarem para a cidade, sejam casas de amigos, de parentes ou mesmo alugadas.

São ofertados cursos de Formação Inicial Continuada/FIC; Ensino médio integrado (Edificações e Informática); Educação de Jovens e adultos – PROEJA (técnico em Administração e técnico em Edificações); Subsequentes (Desenho da construção civil, Edificações, Informática e Informática para Internet); EAD; Graduação (Bacharelado em Engenharia Civil, Tecnologia em Redes de Computadores e Tecnologia Sistemas para Internet) Pós-graduação lato sensu - Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Atualmente são cerca de 500 estudantes matriculados nos cursos de Ensino Médio Integrado em Edificações e/ou em Informática.

O ingresso nos cursos de Ensino Médio Integrado ocorre por meio de um exame de seleção, em que o candidato se inscreve pelo próprio site do IFMS. Os campi possuem atendimento para aqueles candidatos que não possuem acesso à internet ou tenham dificuldade em acessar a página para inscrição. Realiza-se uma prova com duração de quatro horas, composta das seguintes áreas: Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais. Atualmente o campus de Aquidauana oferta 2 turmas de 40 estudantes para Edificações e 2 turmas de 40 estudantes para Informática e, em concordância com a Lei de cotas nº 12.711, de 2012 são destinados 50% das vagas aos beneficiários de uma das opções de Ação Afirmativa (cotas). Na matrícula, os candidatos beneficiários da ação afirmativa (cotas) para a pessoa indígena deverão apresentar um dos seguintes documentos: Registro Administrativo de Nascimento Indígena - Rani, certidão de nascimento indígena ou declaração de pertencimento à etnia assinada por uma liderança indígena da respectiva etnia (IFMS, 2022).

O IFMS dispõe de uma Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito para todos os estudantes, regulamentada pela Resolução nº 10, de 10 de fevereiro de 2022, que objetiva, principalmente: elevar os índices de permanência e êxito dos estudantes; diagnosticar as principais causas da retenção e evasão para propor ações que reduzam esse índice; buscar as ações realizadas por outros campi e compartilhar com os demais; propor ações educacionais inclusivas

para que reduzam os efeitos das desigualdades sociais e regionais; sugerir intervenções para aumentar a quantidade de estudantes aprovados e propor a interação dos estudantes com as ações de extensão, pesquisa e inovação. Dessa forma, almeja-se o aumento da permanência e êxito, visando ao desenvolvimento integral dos estudantes. Também conta com o Programa de Acompanhamento de Egressos (Pace) para planejar, implementar e orientar ações de acompanhamento e monitoramento dos egressos do IFMS (IFMS, 2018).

Ao trazer esses dados das Políticas de ações afirmativas do IFMS, remetemos ao que Pacheco diz sobre Institutos Federais como rede social - essa rede acontece a partir das relações sociais, do contato entre as culturas, à absorção de novos elementos, objetivando sua renovação permanente (Pacheco, 2011, p. 22). A pesquisa científica, dentro do IF, tem uma correlação com a extensão, contribuindo com o convívio social e a construção de uma nova consciência para as populações que foram, ao longo dos anos, marginalizadas.

Por isso, ressaltamos a importância de oferecer, abrir espaços para que ocorram as trocas, as falas, para que de fato aconteça o processo de inclusão desses povos historicamente marginalizados. No processo de inclusão ou exclusão, estão sendo produzidas as identidades sociais, de acordo com o Documento Base da Educação Profissional:

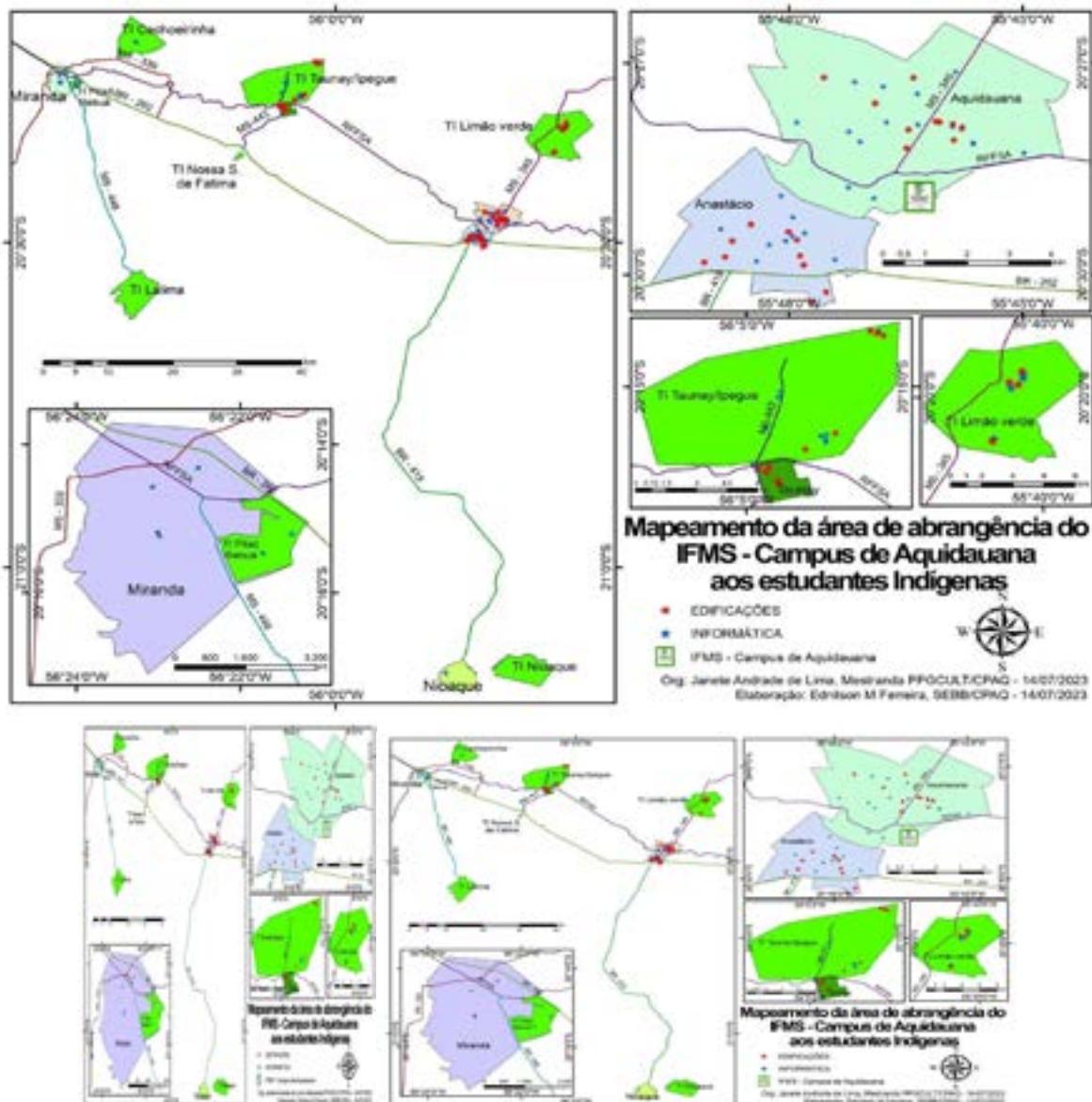
[...] a construção e a atualização de projetos pedagógicos, as condições e o tamanho da oferta dos cursos são aspectos para os quais muito têm a contribuir os movimentos sociais, a exemplo do que se tem reivindicado e avançado no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e das comunidades indígenas, que identificam o ensino médio integrado como uma necessidade coerente com sua realidade. (MEC, 2007, p. 32)

Salienta-se que os movimentos sociais são articuladores fundamentais no planejamento e desenvolvimento sobre a educação profissional pelas experiências no campo de atuação. Acreditamos que investir em debates e discussões, incluindo os povos indígenas e suas especificidades, quanto ao próprio processo de aprendizagem, sua cultura e suas lutas se faz necessário para suprir a defasagem de conhecimento sobre os povos indígenas que ainda existe para muitos docentes e para os próprios estudantes não indígenas.

Matrículas dos estudantes indígenas no IFMS - campus Aquidauana (2014 a 2022)

Iniciamos o levantamento dos dados referentes ao ingresso de indígenas no Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) em virtude da proximidade dessa instituição com os territórios indígenas da região e daqueles que vivem fora de seus territórios, nas cidades, como consta no mapa a seguir:

Figura 1 – Mapeamento da área de abrangência do IFMS - Campus Aquidauana aos estudantes indígenas



Fonte: FERREIRA, Ednilson M., SEBB/ CPAQ, 2023.

O mapa apresenta diferentes escalas com vistas a evidenciar: a) a localização das Terras Indígenas e das cidades das quais são oriundos os estudantes indígenas do campus de Aquidauana do IFMS, b) a localização dos estudantes indígenas nas

cidades de Aquidauana e Anastácio (conurbadas).

Com isso, visamos expressar imageticamente a abrangência do IF, bem como as distâncias percorridas pelos alunos indígenas para estudarem. Ao lado, destacamos especificamente a distância entre Terras Indígenas e cidades circunvizinhas em relação à Aquidauana e, consequentemente, ao IFMS.

Como podemos observar no mapa, os estudantes indígenas do IFMS, campus de Aquidauana são oriundos da Terra Indígena Limão Verde, da Terra Indígena Taunay Ipegue, ambas no município de Aquidauana, da aldeia Aldeinha, no município de Anastácio, da Terra Indígena Pílad Rebuá em Miranda, além dos bairros de Anastácio, Aquidauana, Miranda e Nioaque. Para demonstrar, inserimos pontos no mapa considerando o levantamento realizado desde 2014 até 2022.

No curso de Informática encontramos: 1 estudante da Terra Indígena Pílad Rebuá da Aldeia Passarinho; 4 estudantes da Terra Indígena Limão Verde, sendo 2 da Aldeia Limão Verde, 1 da Aldeia Buritizinho, 2 da Aldeia Córrego Seco; 9 estudantes indígenas da Terra Indígena Taunay Ipegue, sendo 3 da Aldeia Bananal, 1 da Aldeia Lagoinha, 4 da Aldeia Água Branca e 1 da Aldeia Colônia Nova; 1 estudante da Aldeia Aldeinha, em Anastácio; 1 estudante no Distrito de Taunay.

No curso de Edificações: 4 estudantes da Terra Indígena Limão Verde, sendo 3 da aldeia Limão Verde e 1 da aldeia Córrego Seco; 6 estudantes indígenas da Terra Indígena Taunay Ipegue, sendo 3 da aldeia Água Branca e 3 da aldeia Colônia Nova; 5 estudantes indígenas do Distrito de Taunay.

Em relação aos estudantes indígenas que vivem na cidade de Anastácio, os bairros e vilas de onde se originam são: Vila Umbelina, Assuí, Centro, Jardim Progresso, Bem-te-Vi, Vila Flor, Jardim Campanário, Jardim Moura, Cristo Rei, Altos da Cidade, Santa Maria e Novo Horizonte. Já aqueles que moram em Aquidauana: Bairro da Serraria, Bairro Alto, Nova Aquidauana, Santa Terezinha, Dona Nenê, São Pedro, Guanandi, Centro, Vila Trindade, Exposição, Cidade Nova, São Francisco. Já aqueles residentes em Miranda, são provenientes de: Jardim Carandá e Baiazinha; no município de Nioaque, do bairro São Miguel.

A maior parte dos bairros citados se encontra nas periferias das cidades, o que implica não apenas em considerar o perfil socioeconômico destes alunos, mas também o próprio deslocamento dentro do município e intermunicipal, haja vista que não há em Anastácio e Aquidauana transporte urbano/interurbano, bem como o deslocamento das cidades de Nioaque e Miranda e das Terras Indígenas.

Para identificação dos estudantes indígenas, tivemos acesso ao Sistema

Acadêmico do IFMS e ao Questionário Socioeconômico (QSE). Com esses recursos, fizemos a busca no sistema por turma para verificarmos a situação de matrícula; posteriormente, fizemos contato com os estudantes com a situação de matrícula “em curso” por telefone. Aqueles, com os quais não obtivemos êxito por esse meio, contactamos pessoalmente no próprio campus do IFMS.

Do levantamento realizado, os dados foram extraídos para a pesquisa do questionário socioeconômico referentes às matrículas de estudantes indígenas nos cursos técnicos de nível médio IFMS/AQ nos anos de 2014 a 2022. Detectamos 81 estudantes que se reconheceram como indígenas.

- No ano de 2014, ingressaram 4 estudantes indígenas no curso de Informática, evadiram 3 e consta 1 como “Integralizado em fase escolar” significando que o estudante não finalizou qualquer outro requisito de integralização do curso previsto no respectivo Projeto Pedagógico (IFMS, 2019); ou seja, concluiu todas as disciplinas, mas não realizou o estágio obrigatório ou o TCC.
- Em 2015, ingressaram 2 no curso de Informática e 1 no curso de Edificações, dos quais 1 evadiu do curso de Informática e os outros 2 se tornaram egressos.
- No ano de 2016, ingressaram 8 na Informática e 1 na Edificações; somente 2 concluíram o curso de Informática, o restante evadiu.
- Em 2017, ingressaram 4 estudantes indígenas na Informática, apenas 1 concluiu.
- No ano de 2018, ingressaram 6 estudantes indígenas na Informática e 8 na Edificações, concluintes em Informática 4 e em Edificações, 2.
- Em 2019, entraram 5 em Informática e 7 em Edificações; desses estudantes indígenas, 3 de Informática e 2 de Edificações concluíram.
- Em 2020, ingressaram em Informática 9 estudantes indígenas e 9 em Edificações; estavam em curso 6 de Informática e 7 de Edificações.
- Em 2021, ingressaram 4 em Informática e 2 em Edificações; evadiram 2 de Informática.
- Em 2022, ingressaram 6 em Informática e 5 em Edificações, evadindo 1 de Informática e 1 de Edificações.

Os estudantes que constam no ano de 2020 na situação “em curso”, apenas pagando dependência em unidades curriculares, apenas um está na situação “trancado”, sete destes são aldeados e dos que constam nos anos de 2021 e 2022, apenas 1 estudante não possui dependência em unidade curricular.

Dos estudantes que evadiram, desde o ano de 2014, doze eram aldeados; portanto, dos estudantes que permanecem em curso, apenas 11 são aldeados, os outros 16 residem na zona urbana da cidade de Aquidauana. As aldeias atendidas são: Limão Verde, Colônia Nova, Água Branca e o distrito de Taunay, todas localizadas no município de Aquidauana e aldeia Cachoeirinha no município de Miranda.

Até a data do levantamento da pesquisa, no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Aquidauana, havia, em média, 500 estudantes matriculados nos cursos do Ensino Médio Integrado. Verificamos que, entre eles, estavam 27 estudantes indígenas “em curso”, ou seja, matriculados nos cursos de Ensino Médio Integrado de Edificações e Informática.

A presença dos estudantes indígenas na Rede Federal de Educação Profissional é recente devido à expansão dos Institutos Federais e à implementação da lei nº 12.711, de 2012. Instaurada a referida Lei, os Institutos Federais iniciam os editais de ingresso por cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas; consequentemente, no processo seletivo de 2013, adota-se a referida lei. Convém observar que a presença dos estudantes indígenas no campus de Aquidauana existe desde a sua implantação, em 2010; porém, o registro do questionário socioeconômico (QSE) não era obrigatório, como bem destaca Garcia (2021),

O Sistema do Questionário Socioeconômico do IFMS (QSE/IFMS) foi criado em 2014. Nos primeiros anos de implantação do sistema, os estudantes eram convidados a preencher o questionário durante o período letivo. O convite era realizado pelas assistentes sociais do IFMS, que dependiam da colaboração dos professores em ceder pelo menos uma hora-aula, por turma, para orientação e acompanhamento dos estudantes no preenchimento do QSE. A partir de 2018, as matrículas foram vinculadas à condição obrigatória do preenchimento do Questionário Socioeconômico, sendo assim, a ação tornou-se mais efetiva, ampliando o número de questionários respondidos. (GARCIA, 2021, p.128)

Conseguimos os registros a partir do ano de 2014, ano em que o questionário socioeconômico passou a ser adotado no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul; no entanto, o seu preenchimento tornou-se obrigatório apenas a partir de 2018. Importante lembrarmos que o ano de ingresso dos alunos regulares nos cursos

técnicos integrados de ensino médio, cuja duração era de 3 anos e meio, ocorreu em 2011.

A presença de estudantes indígenas no campus Aquidauana

Entendemos que o ambiente escolar é um dos vários locais de representação e formação dos sujeitos; portanto, faz-se necessária a compreensão desse espaço como lugar de diferentes pessoas, com seus costumes e culturas diferenciadas uns dos outros. Assim, Walsh (2005) afirma que, por ser a educação a base da formação humana e também instrumento para prosseguimento, desenvolvimento, crescimento e libertação da sociedade, é um dos contextos mais importantes para desenvolver e promover a interculturalidade.

A interculturalidade por sua vez, busca entender como os povos, em contato com outros, conseguem se apropriar de um espaço pluricultural e como cada povo vai absorver de maneira diferente esse contato. Para Baniwa (2011),

(...) a interculturalidade pressupõe compreender e considerar os povos indígenas como referências sociopolíticas com certa autonomia e flexibilidade, enquanto sujeitos coletivos de direitos e civilizações milenares que não são nem melhores nem piores que as demais civilizações humanas. São apenas diferentes. (Baniwa, 2011, p. 209)

Por outro lado, o conceito de interculturalidade crítica, sustentado por Walsh (2005), surgiu a partir das próprias demandas indicadas pelos movimentos indígenas e afrodescendentes, diferindo-se do multiculturalismo neoliberal e da interculturalidade funcional. A interculturalidade não é apenas o contato entre culturas, mas é também uma reciprocidade em condições de igualdade e precisa ser percebida como um percurso permanente de comunicação, relacionamento e aprendizado entre grupos e conhecimentos diferentes, com o objetivo de estimular e construir o respectivo respeito acima das diferenças culturais e sociais. É preciso pensar a interculturalidade a partir de um projeto contra hegemônico, havendo a possibilidade de diálogo entre todas as culturas visando à construção de uma sociedade diferente, uma sociedade outra.

Torna-se relevante ainda considerar a percepção indígena sobre a interculturalidade, conforme aponta Baniwa (2011):

na perspectiva das comunidades indígenas, a escola indígena intercultural deve ajudar na compreensão da lógica de pensamento e funcionamento da sociedade moderna envolvente. Isso porque os povos indígenas entendem que a sua derrota parcial no processo colonial foi resultado fundamentalmente pelo não conhecimento dos modus operandi dos conquistadores. Assim, para a defesa de suas culturas, de seus conhecimentos e de seus direitos na atualidade os povos indígenas necessitam dominar ao máximo possível os modus operandi dos colonizadores. Assim, dominar os conhecimentos dos brancos (Baniwa, 2011, p. 13)

Pensando neste espaço pluricultural, podemos trazer à discussão o novo modelo de Educação Profissional que se difere do que foi a Localização de trabalhadores do SPI que tinha, como único intuito, a formação de mão de obra. O novo formato de Educação Profissional visa a uma formação de indivíduos em que eles sejam protagonistas de transformações, por meio dos pilares ensino, pesquisa e extensão, no meio em que estão inseridos.

Amado (2017) esclarece que, para o pesquisador indígena, a única razão pela qual sai da aldeia para ingressar na Academia é apropriar-se dos conhecimentos científicos e, de alguma forma, usá-los em favor do seu povo. Há também o resgate de sua história de vida na qual se faz uma aliança entre a ciência e o conhecimento tradicional para obter um reconhecimento de direitos, principalmente o direito aos territórios ocupados.

Os estudantes que buscam se matricular no IFMS relatam que a saída da aldeia ocorre pelo direito ao ensino de qualidade disponibilizado, oferecendo oportunidade de uma melhor formação para o ingresso nas universidades ou aquisição de uma formação técnica. Com a implantação e interiorização dos Institutos Federais, ficou mais acessível para que os estudantes indígenas pudessem optar (ou terem a opção) pela preferência de cursos técnicos.

Conforme Mülling (2018, p. 49), “Essa busca pela escolarização e tecnologia distingue-se de um discurso pelo desenvolvimentismo, à medida que afirma o interesse em instrumentalizar-se para manter as condições de autonomia de seus processos próprios de existência [...]. Por essa razão, os indígenas não querem trocar ou mudar seus costumes, mas incluir a tecnologia ocidental aos seus modos de sobrevivência, “incorporá-la como meio de expansão das possibilidades de sobrevivência”. (Mülling, 2018, p. 49)

Embora as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica do século XXI tenham superado os limites do tecnicismo, exibindo um novo cenário como de formação unilateral e politécnica como recurso para uma educação plural e cidadã, não podemos esquecer que, no Brasil, as instituições escolares foram construídas sob um viés colonialista. (Estevão, 2021)

Walsh (2005) expõe que, para ocorrer um embate nos estudantes e na sociedade, a interculturalidade deve partir da própria experiência dos estudantes com sua realidade sociocultural, incluindo-se os conflitos sociais e culturais que sofrem. desenvolvendo conhecimentos das diversas identidades, assumindo

compromisso de construir uma relação amigável com essas diversidades.

Pensando nessa realidade sociocultural em que os estudantes vivem e em suas experiências dentro do campus, realizamos um questionário com o objetivo de entendermos quais sujeitos mobilizadores para o ingresso no campus, a escolha do curso, utiliza dos recursos que existem no IF, tanto financeiro quanto pedagógico para seu desempenho escolar. Dos 27 estudantes “em curso”, dos dois cursos de Ensino Médio Integrado - Edificações e Informática, apenas 9 aceitaram participar. Quando questionados sobre o motivo pelo qual escolheram o IFMS, eles mencionam a qualidade de ensino, a melhor infraestrutura dentre as escolas da região e sobre o sonho de estudar no IF. Observa-se que não foi uma escolha feita aleatoriamente, buscaram a instituição porque acreditaram que seria o melhor para eles em questão de qualidade do ensino, em busca de novos aprendizados; não citam se para essa escolha houve influência dos pais ou de colegas das comunidades que já tiveram experiência em estudar no IFMS.

Considerações finais

Considerando as dificuldades e desafios encontrados pelos estudantes indígenas nos cursos de Ensino Médio Integrado de Edificações e Informática do campus de Aquidauana do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, torna-se evidente que a implementação de uma educação a perspectiva da interculturalidade crítica proposta por Walsh (2005) necessita estar alinhada ao acompanhamento das políticas públicas de ação afirmativa para a superação das desigualdades e a promoção da equidade.

Foram colhidos dados dos vinte e sete estudantes indígenas matriculados no IFMS, campus Aquidauana, e consideradas as assertivas dos nove estudantes que responderam ao questionário e destacaram a ausência de transporte, questões relativas à moradia e à alimentação, como algumas das dificuldades para acessarem e permanecerem no IFMS. Por tais razões, comumente não conseguem participar das atividades que são oferecidas no contraturno, relembrando que o campus do IFMS fica distante do centro de uma cidade na qual não há transporte coletivo.

A problemática da moradia também se configura como fator determinante para a permanência ou a evasão dos estudantes do campus, uma vez que esses

estudantes se deslocam de suas comunidades e aldeias para a cidade, espaço no qual passa a viver em condições por vezes precárias e distante do suporte de famílias e amigos. Os estudantes indígenas que moram nas aldeias possuem um ônibus que os trazem no período vespertino e, aqueles que moram na cidade, têm transporte disponibilizado pela prefeitura, mas que circula apenas em um período. Os estudantes matriculados no período da manhã vêm para a cidade morar com parentes ou alugam quitinetes e, para isso, precisam arcar com as despesas de aluguel, água, luz e outros gastos. Muitas vezes, assumem todas as despesas, mesmo sem condições financeiras para isso, já que a família, comumente, não possui recursos para mantê-los na cidade. Esse quadro não retrata a realidade de todos os estudantes indígenas, mas sim, da maioria deles.

Foi possível identificar as terras indígenas das quais são oriundos os estudantes indígenas, assim como os bairros onde moram nas cidades de Aquidauana, Anastácio, Miranda e Nioaque. Embora saiam de suas aldeias para estudarem, essa realidade nem sempre se concretiza, devido à falta de condições financeiras para se manterem nas cidades e no IFMS.

Verificamos essas e outras dificuldades nos diálogos com os estudantes, o que se torna empecilho para a permanência sua na instituição. Faz-se necessário um acolhimento e acompanhamento mais próximo dos estudantes indígenas, estabelecer políticas de acesso e de permanência deles na instituição, assim como proporcionar condições (ainda que seja em forma de curso de aprimoramento) aos funcionários que atendem esses estudantes, para que promovam adequadamente ações de acompanhamento das políticas que permitam a efetiva permanência desses estudantes no IFMS, campus de Aquidauana.

Referências

AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Despertar do Povo Terena para os seus Direitos: MOVIMENTO INDÍGENA E CONFRONTO POLÍTICO EM MATO GROSSO DO SUL.** Dourados/MS: MovimentAção, 2017. v. 4, nº. 6, p. 83-104.

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. p. 150-151

BANIWA, Gersem. **Educação para Manejo e Domesticação do Mundo:** entre a escola ideal e a escola real – Dilemas da Educação Indígena do Alto Rio Negro. Tese de Doutorado apresentada

ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, 2011. p. 209.

GARCIA, Débora R. N. de Souza. **Evasão no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS): o curso superior de Tecnologia em Sistemas para Internet.** 2021.

IBGE. **Censo 2022 – Panorama.** Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 1º mar. 2025.

IFMS. **Programa Acompanhamento de Egressos do IFMS.** 2018. Disponível em <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/programas/anexo-059-2018-aprova-programa-de-acompanhamento-de-egressos-do-ifms.pdf>. Acesso em 1º mar. 2025.

IFMS. **Regulamento de Ações Afirmativas para o Ingresso de Candidatos Optantes pela Reserva de Vagas nos Cursos de Ensino Médio e Graduação no IFMS.** 2022. Disponível em <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regulamentos/regulamento-de-acoes-afirmativas-para-o-ingresso-de-candidatos-optantes-pela-reserva-de-vagas-nos-cursos-de-ensino-medio-e-graduacao-no-ifms/view>. Acesso em 1º mar. 2025.

LEMOS, Isabele Batista. **Povos indígenas e ações afirmativas: aspectos sobre a implementação da Lei n. 12.711/20 pelas instituições de ensino federais.** Quaestio Iuris, vol. 8, nº. 3, Rio de Janeiro, 2015. pp. 1369-1392.

LIMA, Janete Andrade de. **A presença de estudantes indígenas no IFMS/ campus de Aquidauana.** Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais) UFMS, Aquidauana. 2023.

MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.** 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em 1º mar. 2025.

MELIÁ, Bartolomeu. Prefácio - memória, história e futuro dos povos indígenas In: CHAMORRO, Graciela & COMBÈS, Isabelle (org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul:** história, cultura e transformações sociais. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

MÜLLING, Juliana da Cruz. **Educação Profissional com Indígenas: possibilidades de corazonar e melhor viver.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

MÜLLING, Juliana da Cruz. SANTOS. Simone Valdete dos. A presença de estudantes indígenas na educação profissional e tecnológica. **Educação**, v. 42, n.3, p. 475-485, set.-dez. 2019. Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/33245>. Acesso em 23 de maio de 2024.

PACHECO, Eliezer. (Org.). **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília, 2011, São Paulo, 2011. Editora Moderna.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do poder:** eurocentrismo e América Latina. ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

WALSH, Catherine. **La interculturalidad en la Educación.** Ministerio de Educación, Perú, 2005.